



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O governador do estado Alfa, diante da necessidade de contratação de serviços de engenharia, publicou edital de licitação na modalidade **pregão eletrônico**, observando os trâmites previstos na **Lei nº 14.133/2021**, a qual foi expressamente indicada como norma regente de todo o procedimento licitatório.

A sociedade empresária **Construtora Beta Ltda.**, regularmente enquadrada como **microempresa**, com sede em Município situado em outro Estado da Federação, ao tomar ciência do edital e verificar que sua atividade econômica era compatível com o objeto licitado, apresentou proposta dentro do prazo estipulado, acompanhada da documentação exigida.

Encerradas as fases iniciais do certame, a microempresa Construtora Beta Ltda. foi classificada juntamente com outras empresas, sendo convocada para a fase de habilitação.

Na sessão pública destinada à análise da documentação, a autoridade administrativa declarou a **inabilitação** da microempresa, sob o fundamento de ausência de **certidão negativa de débitos relativos a tributos federais**, vedando a possibilidade de apresentação posterior do referido documento.

Na mesma ocasião, o Governador consignou que a licitação seria **restrita a empresas sediadas no Estado Alfa**, não se estendendo a microempresas estabelecidas em outras unidades da Federação, e que o valor apresentado estaria empatado com o apresentado por empresa local, o que fundamentaria a desclassificação tendo em vista a preferência já manifestada, podendo o desempate ser escolha discricionária do Governador.

Diante da inabilitação, o representante legal da Construtora Beta Ltda. apresentou **impugnação administrativa**, a qual foi rejeitada sob o argumento de que **não caberia recurso na esfera administrativa**, sendo possível apenas eventual questionamento judicial do ato.

Considerando que outra empresa local, classificada com proposta de valor superior, encontrava-se prestes a ser declarada vencedora, a microempresa, **três dias após a inabilitação**, impetrou **Mandado de Segurança** perante o Tribunal de Justiça do Estado Alfa, o qual foi **denegado**, reputando-se legítimos os atos praticados pela autoridade apontada como coatora.

Inconformada, a impetrante interpôs **Recurso Ordinário** ao Superior Tribunal de Justiça, o qual foi julgado **monocraticamente**, sendo negado provimento ao recurso, com manutenção da decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

Um dia após ser intimada da decisão monocrática, a Construtora Beta Ltda. procura você, na qualidade de advogado(a), com o objetivo de **reverter a decisão judicial** e assegurar sua **participação no procedimento licitatório**.

Elabore a peça processual cabível, apresentando todos os fundamentos de direito pertinentes à pretensão deduzida. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Lucas Ferreira é proprietário de um terreno urbano localizado em área central do Município Delta, cuja população é superior a 50.000 habitantes. O imóvel encontra-se sem edificação e sem qualquer destinação social, sendo utilizado, de forma recorrente, como depósito irregular de resíduos sólidos, fato que tem gerado reclamações da vizinhança e notificações por parte da Administração Municipal.

Diante da persistência da situação, o Município Delta notificou o proprietário para promover o parcelamento, edificação ou utilização do imóvel, observando os procedimentos e prazos previstos no Estatuto da Cidade. Não atendidas as determinações administrativas, o Prefeito determinou a majoração progressiva da alíquota do IPTU incidente sobre o imóvel.

Após cinco anos consecutivos de cobrança do IPTU com alíquotas progressivamente elevadas, sem que o proprietário tenha cumprido as obrigações impostas, o Prefeito Municipal passou a cogitar a adoção de novas medidas, razão pela qual solicita sua orientação jurídica.

Com base na legislação aplicável e no entendimento consolidado dos tribunais, responda fundamentadamente:

- a) É juridicamente possível a majoração indeterminada da alíquota do IPTU enquanto persistir a inércia do proprietário? Justifique. (0,65)
- b) Considerando o decurso do tempo mencionado no caso, já é possível ao Município promover a desapropriação do imóvel? Nessa hipótese, qual a forma de indenização prevista em lei? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A empresa ViaSul S.A., concessionária responsável pela exploração de determinado serviço público, iniciou a execução de obra destinada à ampliação e modernização da infraestrutura sob sua responsabilidade. No decorrer da execução contratual, verificou-se a necessidade de incorporação de área contígua ao empreendimento, a fim de viabilizar a adequada implementação do projeto técnico aprovado.

Em razão da ampliação da obra e do consequente aumento dos custos operacionais, e considerando a existência de cláusula contratual autorizativa, a concessionária passou a permitir a instalação de painéis publicitários no entorno da obra, destinados à divulgação de fornecedores de insumos e materiais utilizados na execução do empreendimento.

Diante dessa situação, responda, de forma fundamentada:

- a) É juridicamente possível que concessionárias de serviço público obtenham fontes alternativas de receita além da tarifa paga pelos usuários? (0,60)
- b) As concessionárias de serviço público possuem competência para declarar a necessidade ou utilidade pública de determinado bem para fins de desapropriação? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

O Município Ômega editou norma municipal destinada a disciplinar os processos administrativos municipais, cuja interpretação vinha sendo aplicada de forma uniforme pela Administração Pública ao longo dos anos.

Ocorre que, posteriormente, sobreveio decisão judicial que afastou a interpretação até então adotada, conferindo novo sentido à norma, vedando a aplicação do entendimento anteriormente utilizado pela Administração.

No dia seguinte à publicação da referida decisão judicial, Rafael, sem ter conhecimento da alteração interpretativa, apresentou requerimento administrativo em caráter de urgência, utilizando o procedimento até então aceito pelo Município. Dois dias depois, seu pedido foi indeferido, sob o fundamento de que a forma de requerimento utilizada se encontrava vedada à luz da nova interpretação, acarretando prejuízos aos seus interesses.

Uma semana após o indeferimento, Rafael tomou conhecimento de que outro munícipe, em situação idêntica, obteve o deferimento de pedido equivalente, com fundamento na interpretação anterior da norma. Ao consultar outros processos administrativos, verificou-se a existência de decisões divergentes sobre requerimentos semelhantes, gerando acentuada insegurança jurídica no âmbito da Administração Municipal.

Diante dessa situação, responda, de forma fundamentada:

- a) Pode a Administração Pública exigir o cumprimento imediato de nova interpretação ou orientação administrativa, sem a previsão de regime de transição? (0,60)
- b) Com o objetivo de reduzir a insegurança jurídica e assegurar tratamento isonômico aos administrados, pode o Município adotar súmulas administrativas para uniformizar a interpretação das normas? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Marina foi aprovada em concurso público para provimento de cargo efetivo no âmbito da Administração Pública Federal, tendo sido classificada em segundo lugar. Após a homologação do certame, foi regularmente convocada para tomar posse no cargo.

No ato da convocação, a Administração informou que Marina deveria entrar em exercício no prazo máximo de três dias, contados da data da posse. Além disso, ao questionar sobre o regime funcional aplicável, foi orientada de que, caso obtivesse avaliações satisfatórias, adquiriria estabilidade após dois anos de estágio probatório.

Diante das informações prestadas pela Administração, responda, de forma fundamentada:

- a) É juridicamente correta a exigência de que a servidora entre em exercício no prazo máximo de três dias após a posse? (0,65)
- b) Está correta a informação de que a estabilidade será adquirida após dois anos de estágio probatório? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

